

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA – FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JONATAS DE OLIVEIRA MATOS

**A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE
DECISÃO: UMA PESQUISA APLICADA EM ALGUMAS
MICROEMPRESAS DA CIDADE DE DOURADOS – MS**

DOURADOS - MS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA – FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JONATAS DE OLIVEIRA MATOS

**A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE
DECISÃO: UMA PESQUISA APLICADA EM ALGUMAS
MICROEMPRESAS DA CIDADE DE DOURADOS – MS**

Trabalho de Graduação apresentado à Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis. Executada pelo graduando Jonatas de Oliveira Matos.
Orientador: Prof. Dr. Luciano Rosa.

DOURADOS - MS
2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

657 M425u	Matos, Jonatas de Oliveira A utilização da informação contábil na tomada de decisão : uma pesquisa aplicada em algumas microempresas da cidade de Dourados – MS. / Jonatas de Oliveira Matos. – Dourados, MS : UFGD, 2010. 57f. Orientador: Prof. Dr. Luciano Rosa Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Contabilidade - Aspectos históricos. 2. Informação contábil. 3. Microempresas – Dourados, MS. I. Título.
--------------	---

JONATAS DE OLIVEIRA MATOS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE
DECISÃO: UMA PESQUISA APLICADA EM ALGUMAS
MICROEMPRESAS DA CIDADE DE DOURADOS – MS**

Orientador: Prof. Doutor Luciano Rosa
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

Examinador: Prof.^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

Examinador: Prof. Manfredo Rode
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

Dedico esta monografia primeiramente a Deus como também aos meus pais Amir e Maria e aos meus irmãos Mayckel Ulisses e Amir Filho, que em todos os momentos da minha vida estiveram do meu lado dando-me suporte para enfrentar os desafios que a vida proporciona. Em especial à minha noiva Paula que esteve ao meu lado, ao meu orientador e a todos os amigos e professores que de alguma forma colaboraram com a realização desse trabalho.

RESUMO

Microempresas contribuem de forma efetiva no desenvolvimento macroeconômico do nosso país, sendo responsável por uma parcela significativa na geração de emprego, e fomento da economia. Em contraste com sua grande importância, normalmente essas empresas não perduram mais do que cinco anos. Torna-se assim necessária a utilização de controles contábeis, financeiro gerencial, orientação sobre normas, procedimentos legais, para manutenção das mesmas no mercado ao qual estão inseridas. Deste modo apresentamos as definições de microempresa, e a informação contábil como geradora de informações úteis ao processo decisório de administração, provenientes do ambiente interno e externo da empresa, assim como a aplicação da atividade de controladoria existente nas microempresas de Dourados – MS, através de pesquisa bibliográfica e um estudo exploratório baseado na aplicação de questionários junto a microempresários visando a utilização da mesma. O objetivo do trabalho é demonstrar a importância da contabilidade gerencial, assim como a controladoria para as microempresas. Ficando constatado que as mesmas exercem papel fundamental no crescimento das empresas, mesmo nas economias mais simples, contudo grande parte das microempresas de Dourados - MS resente-se de um grau de utilização mais elevado dos princípios gerenciais e mostram inexistência de uma atividade de controladoria no setor, evidenciando, assim, microempresários com pouca capacitação o que resulta em uma atuação deficitária cujos riscos podem ser desastrosos para essas organizações. Assim, espera-se que o estudo apresentado venha resultar na conscientização dos profissionais que exercem a controladoria tanto quanto dos microempresários para a devida utilização desta valiosa ferramenta no seu desenvolvimento socioeconômico.

PALAVRAS CHAVES: Microempresa, Informação Contábil, Tomada de Decisão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Definição do Problema	10
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivo Específico	10
1.3 Justificativa	10
2 FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE	11
2.1 Contabilidade Gerencial	14
2.2 Contabilidade Financeira	15
2.3 Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira	16
3 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL ATRAVÉS DA CONTROLADORIA	19
3.1 Controller	22
3.2 Planejamento	23
3.3 Controle	25
3.4 Sistemas	25
3.4.1 Sistemas Contábeis	26
4 MICROEMPRESA	28
4.1 Dados SEBRAE	29
4.1.1 Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das empresas no Brasil, relatório de pesquisa 2004.	29
5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	32
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
6.1 Resultado da pesquisa	33
6.2 Referente ao empresário	34
6.3 Referente à empresa	41
7 CONCLUSÃO	48
8 REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE: QUESTIONÁRIO	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparativo entre Contabilidade Financeira e Gerencial _____	18
Quadro 2: Porte da empresa, Resolução Mercosul GMC 90/93 _____	28
Quadro 2.1: Classificação de porte da empresa. _____	29
Quadro 3: Taxa de mortalidade: Região Centro - Oeste _____	30
Quadro 3.1: Causas das dificuldades e razões para o fechamento das empresas. _____	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa de Idade dos Empresários _____	34
Gráfico 2: Formação do Empresário _____	35
Gráfico 3: Tempo como empresário _____	35
Gráfico 4: Responsável pela administração da empresa _____	36
Gráfico 5: Tempo de atuação no mesmo ramo de negócio _____	37
Gráfico 6: Informações consideradas importantes no dia a dia da empresa _____	38
Gráfico 7: Preocupação em identificar possíveis causas de desperdício _____	38
Gráfico 8: Contabilidade aos Empresários _____	39
Gráfico 9: Interesse na Assessoria Contábil _____	40
Gráfico 10: Quantidade de Funcionários _____	41
Gráfico 11: Faixa de faturamento anual _____	42
Gráfico 12: Sistema de controle interno _____	42
Gráfico 13: Periodicidade da Avaliação dos Resultados _____	43
Gráfico 14: Relatório contábil Analisados _____	44
Gráfico 15: Contabilidade como instrumento da Tomada de Decisão _____	45
Gráfico 16: Margem de Lucro Adicionada ao Custo _____	45
Gráfico 17: Execução da Contabilidade da Empresa _____	46
Gráfico 18: Serviços Prestados pelo Contador _____	47

1 INTRODUÇÃO

Com a capitalização e a competitividade cada vez mais acirrada entre as empresas, quem tem informação e sabe como usá-la, pode aumentar suas chances de permanecer no mundo dos negócios. Neste contexto temos, então, a informação gerencial contábil e financeira que é uma das fontes primárias para tomada decisão e controle nas empresas.

Seguindo este contexto, surge através da contabilidade uma ferramenta chamada controladoria, um novo segmento do conhecimento na área de gestão empresarial, que constitui uma área das ciências contábeis composta por um conjunto de conhecimento interdisciplinares oriundos da administração, economia, informática, estatística e principalmente da própria contabilidade; a controladoria utiliza todas as informações necessárias com a finalidade de melhorar o processo de gestão, auxiliando na obtenção de melhores resultados econômicos e financeiros provenientes das diversas ações realizadas dentro das entidades (Kanitz, 1976).

Crepaldi defende que (2004, p. 26)

Um sistema de informação contábil adequadamente estruturado irá permitir uma gestão eficaz das informações necessárias para a gestão econômica e financeira da empresa, bem como apresentará um grau máximo de eficácia na relação custo e benefício da geração e comunicação das informações.

Porém, a maioria dos microempresários não possui a visão da necessidade de controle e melhoria no processo de gestão, utilizam trabalhos de contabilidade terceirizados, com a única finalidade de atender ao fisco, muitas vezes buscam formas incorretas de pagar menos impostos e não empregam os procedimentos contábeis úteis à administração.

Em Dourados cidade do estado de Mato Grosso do Sul, assim como em todo Brasil, as microempresas são responsáveis por grande parte da geração de empregos e fomento da economia, mesmo com sua importante contribuição para economia como um todo, de acordo com pesquisas realizadas pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em 2004, é preocupante as taxas de mortalidade das microempresas no país.

Pode-se observar que muitos dos microempresários não se preocupam com gerenciamento das informações, pelo que, em sua grande maioria iniciam seu próprio negócio na busca de independência financeira e, na maioria das vezes não possuem nenhum sistema de controle, o que leva a utilização incorreta dos recursos econômicos da empresa, pois fazem sem a realização de um devido planejamento, desenvolvem-se no acaso e com isso os riscos não são previstos.

1.1 Definição do Problema

Seguindo essa linha, cabe indagarmos qual o papel da informação contábil na otimização da atuação dos pequenos empresários?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar qual o papel da Informação Contábil na melhoria da atuação dos pequenos empresários, tendo em vista a importância da microempresa no desenvolvimento macroeconômico do País.

1.2.2 Objetivo Específico

Analisar os problemas relacionados à falta de informação contábil gerencial e financeira e contribuir para o aumento da taxa de sobrevivência das microempresas de Dourados/MS.

1.3 Justificativa

Confundindo-se com a importância da pequena empresa conforme BORTOLI (1980, p.4) faz questão de destacar:

“Todo trabalho embasado numa pesquisa que tenha como objetivo conhecer a realidade das pequenas e médias empresas justifica-se por si só, pois a carência de informação nesta área é inversamente proporcional à sua importância na economia nacional e regional”.

2 FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE

Fragmentos históricos sobre a contabilidade datam desde a antiguidade nas eras Paleolítica e Neolítica (embora não se possa precisar a época de seu aparecimento), segundo Cruz e Silva (2001) nesses períodos foram identificados rudimentos históricos associados à técnica primitiva de registro e controle dos meios indispensáveis à sobrevivência humana.

Segundo Sá (2000, p. 99).

Provas arqueológicas denunciam registros em grutas, ossos e outros materiais, contendo manifestações da inteligência humana na percepção de meios patrimoniais, qualitativa e quantitativamente, ou seja, constituindo a conta primitiva.

Os homens primitivos já empregavam dessa ciência para realizar seus registros, controlando de forma quantitativa o que possuíam, e de forma rudimentar já faziam alguns registros de seus bens.

As civilizações antigas, também faziam uso de sistemas contábeis e auditoria para controle da administração pública, de acordo com estudos sobre essas civilizações o “sistema de partidas dobradas” que consiste no registro das operações pelos seus dois aspectos básicos, ou seja, origem e destinação dos recursos, já eram conhecidas e utilizadas.

Como cita Hendriksen (1999):

Não se sabe quem inventou o método das partidas dobradas, marco inicial da Contabilidade Moderna. Sabe-se somente que este sistema de escrituração surgiu, gradativamente, ao longo dos séculos XIII e XIV, em diversos centros de comércio no norte da Itália, sendo que o primeiro registro de um sistema completo de escrituração por partidas dobradas encontra-se nos arquivos municipais da cidade de Gênova, na Itália, referente ao ano de 1.340. Isso não significa que a Contabilidade surgiu apenas no século XIII, mas sim, que já vinha sendo praticada a muitos anos de forma mais rudimentar e diferente daquela por nós conhecida na atualidade. (Hendriksen, 1999, p.39)

Assim a contabilidade foi desenvolvendo-se junto com o progresso das civilizações, durante o feudalismo eram poucas as transações realizadas entre as comunidades. Porém os bancos efetuaram diversas transações o que possibilitou a utilização de sistemas mais completos de contabilidade (Leite, 1989, p.17).

Segundo Leite (1989, p.18)

Ao longo da Idade Média, a atividade industrial e comercial foi gradativa e lentamente se expandindo, mas, na maior parte desses anos, os sistemas econômicos eram caracterizados pela autossuficiência das unidades feudais e pelo volume reduzido de transações entre as diversas comunidades. Apenas os bancos conduziam negociações de vulto e por esta razão eles dispunham de sistemas completos de registro contábeis que terminaram na produção do método das “partidas dobradas”, que até hoje, serve de base para a Contabilidade.

Portanto, conforme menciona Leite (1989) foi durante a Idade Média que a contabilidade iniciou sua ampliação, quando os bancos careciam de sistemas mais completos de registros contábeis o que desencadeou na elaboração do método das “partidas dobradas”.

Em relação à origem dos recursos, estes podem ser próprios ou de terceiros, Walter (1987, p. 28), diz que recursos próprios “correspondem ao capital inicial dos proprietários e seus acréscimos durante o período de funcionamento do empreendimento”. Ainda segundo o autor recursos de terceiros “podem ingressar na empresa sob a forma de empréstimos, financiamento de matéria prima, mercadorias, outros tipos de materiais e serviços [...]”.

De acordo com Marion (1998, p. 49), as origens dos recursos são:

[...] recursos que entram numa empresa passam pelo Passivo e Patrimônio Líquido. Os recursos (financeiros ou materiais) originados dos proprietários (Patrimônio Líquido), fornecedores, governo, bancos, financeiro etc.

A destinação desses recursos; para Walter (1987, p. 29) significa “[...] recursos aplicados em bens e direitos essenciais à constituição e funcionamento da empresa”.

Marion (1998, p. 49), explica a destinação de recursos como aplicação. “O Ativo evidencia todas as aplicações de recursos: aplicação no caixa, em estoque, em máquinas, em imóveis, etc.”.

Observa-se que toda transação é, essencialmente uma movimentação de recursos e o perfeito registro da transação só é possível se forem consistentemente anotadas a origem e destinação dos recursos movimentados através de cada transação. Em função deste duplo registro, a metodologia adotada pela contabilidade é denominada de “partidas dobradas”. Independente do tamanho da empresa, da quantidade de transações que realizem, é de suma importância que saiba de onde provem seus recursos, onde foram aplicados e qual o ritmo da ampliação desses recursos.

De acordo com Leite (1989, p. 21), o papel da contabilidade evoluiu junto com o desenvolvimento econômico e tecnológico, sendo que este último é capaz de fornecer uma

série de aparatos que dão suporte para uma melhor apresentação da informação contábil, a Contabilidade fornece dados para os diversos usuários: administradores, funcionários, fornecedores, clientes, bancos, instituições financeiras, acionistas, investidores; através de relatórios que são as peças básicas para o planejamento e controle do desempenho dos administradores; nesses demonstrativos é possível ter ciência da real situação da entidade.

A contabilidade é hoje um instrumento vital que deve ser conhecido por todos que se interessam pela produtividade das organizações, sejam elas orientadas para o lucro ou para finalidades sociais.

Conforme descreve Gouveia (1993, p.37).

Contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômica financeira dessa entidade em uma determinada data.

Marion (1998, p. 24) define como, “[...] instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisão dentro e fora da empresa”.

Diante disso verifica-se que a contabilidade preocupa-se com registro das transações da empresa, porém sua função não é apenas o registro: a partir desses dados é possível fazer análises da situação da empresa servindo de auxílio à tomada de decisão.

Franco (1983, p. 18), resume as noções sobre contabilidade:

OBJETO: O patrimônio, que a Contabilidade estuda, analisa e controla, registrando e informando, através das demonstrações contábeis, todas as ocorrências nele verificadas.

CAMPO DE APLICAÇÃO: O das entidades econômico-administrativas sejam de fins econômicos ou não.

FINALIDADE: assegurar o controle do patrimônio administrado e fornecer informações sobre a composição e as variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas.

De acordo com o exposto por Hilário Franco a Ciência Contábil utiliza-se de relatórios para registro do patrimônio; é através da contabilidade que a empresa tem conhecimento de seus bens. Sem os registros, as empresas não teriam capacidade de controlar seu patrimônio, porém esses registros não servem apenas para controle, mas sim para sua correta utilização dentro da empresa.

Na tomada de decisões empresariais há sempre a preocupação com as operações correntes e futuras da empresa. Todos aqueles que se relacionam com a vida de uma empresa, os acionistas (proprietários), os fornecedores, os bancos, os empregados, o governo, desejam

ter um quadro preciso e atualizado do andamento da mesma. Essa exigência é satisfeita pela contabilidade financeira com o auxílio da contabilidade gerencial, mediante o levantamento fiel e rigoroso de todos os eventos econômicos nos quais a empresa está envolvida que são imprescindíveis no processo de tomada de decisões.

2.1 Contabilidade Gerencial

Associada à emergência das organizações com o capitalismo industrial, foi criada uma nova demanda por informações contábeis, apresentando assim um desafio para o desenvolvimento da contabilidade como ferramenta de gerenciamento industrial. Com a falta de informações de preços dos processos de transformação ocorrendo dentro de suas organizações, os proprietários criaram indicadores que sintetizassem a eficiência com a qual a mão-de-obra e matéria-prima eram convertidas em produtos acabados, além de servirem também para motivar e avaliar os gerentes que supervisionavam o processo de transformação.

No capitalismo moderno, os sindicatos também precisam saber qual a capacidade de pagamento de salário; o governo demanda a agregação de riqueza à economia e à capacidade de pagamento de impostos; os ambientalistas exigem conhecer a contribuição para o meio ambiente; os credores querem calcular o nível do endividamento e a possibilidade de pagamento das dívidas e os gerentes das empresas precisam de informações para subsidiar o processo decisório e reduzir as incertezas.

Neste contexto, a contabilidade gerencial mudou o foco da contabilidade, passando dos registros e análise das transações financeiras para a utilização da informação para decisões que afetem o futuro.

Segundo Iudícibus (1999, p.67).

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Conforme Iudicibus relata, a contabilidade gerencial utiliza-se de todas as áreas da contabilidade para dar suporte ao administrador, através dos relatórios fornecidos pela Contabilidade é possível fazer análises e chegar a um melhor gerenciamento das informações atuais que auxiliem no processo de tomada de decisão.

Horngren (2004, p.04) define em seu livro:

A contabilidade gerencial refere-se à informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização. Em outras palavras, a contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais.

Assim a contabilidade gerencial utiliza-se também das informações financeiras, ela depende dos registros e relatórios gerados pela contabilidade financeira para atingir as funções de planejamento e controle, o que auxilia nas tomadas de decisão e melhoramento das diversas funções dentro da empresa.

Fica claro a necessidade do contador gerencial dentro das organizações, o mesmo não pode se ater ao simples registro de fatos. Ele deve acompanhar o desenvolvimento da empresa, utilizando-se do gerenciamento de informações para administração do negócio. Através dos registros que a contabilidade fornece, esse profissional, devidamente qualificado, é capaz de identificar e resolver problemas, controlar gastos, custos e despesas, podendo ter domínio das diversas situações da empresa, chegando à maximização dos lucros, e da organização como um todo.

2.2 Contabilidade Financeira

Quase todas as empresas se utilizam de um sistema contábil, isto é, de coletar, resumir, analisar e relatar, em termos monetários, informação acerca de seus negócios; a contabilidade financeira está essencialmente ligada aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, tendo como objetivo primário proporcionar informação financeira a terceiros. As técnicas, os regulamentos e as convenções segundo os quais os dados contábeis são coletados e relatados refletem, em grau considerável, as exigências desses terceiros.

Crepaldi (2004, p. 20) comenta sobre a contabilidade financeira como:

[...] processo de elaboração de demonstrativos financeiros para propósitos externos: pessoal externo à organização, como acionistas, credores e autoridades governamentais. Esse processo é muito influenciado por autoridades que estabelecem padrões, regulamentadores e fiscais, bem como por exigências de auditoria de contadores independentes.

Nesse contexto, nota-se que a contabilidade financeira preocupa-se com registro de dados passados para atender seus usuários, no caso externo à organização; porém toda contabilidade é financeira no sentido de que todos os sistemas contábeis, relatórios, iniciam-se a partir de registros de dados relativos às finanças, à circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos.

De acordo com Padoveze (2000, p. 117), pode-se resumir a contabilidade financeira ou tradicional nos seguintes pontos:

- a) vinculada aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (Princípios Fundamentais de Contabilidade, como são chamados em nosso país);
- b) contabilidade utilizada para fins fiscais;
- c) contabilidade utilizada para fins societários e regulatórios (Lei das S.A., CVM, legislação comercial);
- d) base de escrituração de dados passados;
- e) controle a posteriori;
- f) mensuração em moeda corrente.

2.3 Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

Os métodos da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial foram desenvolvidos para diferentes propósitos e para diferentes usuários das informações. Há, contudo, numerosas similaridades e áreas de sobreposição entre os métodos da contabilidade financeira e da gerencial.

Constitui-se na parte do sistema contábil que se dedica às informações para os usuários internos da entidade (Hansen e Mowen, 1997), ou seja, a contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações.

A contabilidade gerencial e financeira tem em comum o fato de tratarem eventos econômicos e podem ser contrastadas também a questão de que estão relacionadas com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização (tradução nossa).

Segundo Padoveze (2000, p. 116).

A contabilidade financeira está essencialmente ligada aos princípios de contabilidade geralmente aceitos. A contabilidade gerencial está ligada à necessidade de informações para planejamento, controle avaliação de desempenho e tomada de decisão.

Sendo assim, a contabilidade financeira se concentra nos demonstrativos dirigidos aos usuários externos (sócio, acionistas e governo) que são guiados pelos princípios contábeis geralmente aceitos.

A contabilidade gerencial mensura e relata informações financeiras, bem como metas da organização, formulação de estratégias gerais e dos planos de longo prazo, mensuração de desempenho e avaliação de pessoas.

As demonstrações contábeis como balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício (DRE), demonstração das origens e aplicação de recursos (DOAR) substituída pela demonstração do fluxo de caixa (DFC) na alteração da lei nº 6404/76 e a introdução da demonstração do valor adicionado (DVA) para companhias de capital aberto, demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), demonstração de lucros e prejuízos acumulados (DLPA); são a última etapa do processo da contabilidade financeira, porém não se pode afirmar que não seja importante para contabilidade gerencial e para gerência na tomada de decisão. Elas são fundamentais para elaboração da análise da posição financeira e de balanços, que tanto podem interessar para solicitação de um financiamento como medir o retorno de investimentos efetuados na empresa.

A contabilidade financeira tende a ser direcionada por regras, as quais não são elaboradas a fim de atender os objetivos da organização, mas com objetivos de atender usuários externos; acionistas, credores, bancos, fornecedores, entidades reguladoras como a CVM (comissão de valores mobiliários) e autoridades governamentais tributárias.

Em contraste a contabilidade gerencial deve fornecer informações econômicas para os usuários internos, operadores, funcionários, gerentes e executivos e o seu objetivo maior é a tomada de decisões, nos campos organizacionais, produtos, serviços, fornecedores e clientes.

As informações gerenciais podem auxiliar na melhora da qualidade das operações, redução de custos operacionais, aperfeiçoamento das operações de acordo com as necessidades dos clientes.

O quadro 1 fornece uma visão das características básicas das contabilidades financeira e gerencial demonstrando os contrastes existentes entre elas.

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos relatórios	Externos e internos	Internos
Objetivos dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e outros.	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custo, fluxo de caixa, relatórios especiais não rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Freqüência dos relatórios	Anual, trimestral e, ocasionalmente, mensal.	Quando necessário pela administração.
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados).	Históricos e esperados (previstos).
Bases de mensuração usadas para quantificar os dados	Moeda corrente.	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira, moeda forte, medidas físicas, índices etc.)
Restrições nas informações fornecidas	Princípios contábeis geralmente aceitos.	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Características da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo.	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser construída de acordo com as necessidades de cada organização.
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica.	Orientada para o futuro, para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

Quadro 1: Comparativo entre Contabilidade Financeira e Gerencial. **Fonte:** Padoveze (2000, p. 118).

3 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL ATRAVÉS DA CONTROLADORIA

O aumento da complexidade na organização das empresas, o maior grau de interferência governamental através de políticas fiscais, a demanda por melhores práticas de gestão, dentre outros, vem criando a necessidade de um sistema contábil mais adequado para um controle gerencial mais efetivo.

Dentro desse novo cenário globalizado o contador assume papel efetivo de orientador (*controller*) dos empresários, pela sua formação e vivência prática com fatos, conhecimento de normas e procedimentos legais. A contabilidade utilizando-se da controladoria fornece os indicadores, o norte, isto é, as diretrizes para uma gestão eficaz.

De acordo com Mosimann e Mosimann (1999, p. 99), a controladoria consiste em um corpo de doutrinas e conhecimentos relativos à gestão econômica.

Perez Júnior (1995, p 32), afirma que a Controladoria exerce papel preponderante na empresa, apoiando os gestores no planejamento e controle de gestão, através da manutenção de um sistema de informações que permita integrar as várias funções e especialidades.

Dessa forma, observa-se que a Controladoria é uma parte da Contabilidade que se preocupa com o gerenciamento das informações; ela se baseia em outras áreas de conhecimento como matemática, estatística, economia, psicologia entre outras, mas principalmente, a Ciência Contábil. A controladoria tornou-se um departamento dentro das empresas que desempenham várias atividades, nas quais variam de acordo com o tamanho da entidade e da sua forma constitutiva e de vários outros fatores.

Porém, alguns autores não consideram as tarefas de Controladoria como funções financeiras. Alertam, porém para grande dependência da área financeira em relação às informações fornecidas pela Controladoria para sua gestão econômica.

Considerando essas razões, a separação entre a função contábil e a função financeira foi o caminho lógico a ser tomado e nesse período, ocorreu o nascimento e desenvolvimento de uma função diferenciada de Controladoria.

Segundo Mosimann e Mosimann (1999, p. 99)

A controladoria pode ser conceituada como o conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundos das ciências da Administração, Economia, Psicologia, Estatística e, principalmente, da Contabilidade, que se ocupa da gestão econômica das empresas, com a finalidade de orientá-las para a eficácia.

Sendo assim, a Controladoria é um importante instrumento do processo de gestão cujo objetivo é de auxiliar na obtenção de melhores resultados econômicos e financeiros provenientes das diversas ações realizadas dentro das organizações de qualquer setor da economia.

Para Perez Junior (1995, p. 31).

A controladoria utiliza os Sistemas de Informações Gerenciais para assessorar os gestores (das áreas comercial, industrial, recursos humanos, financeira) no processo de tomada de decisões através de informações extraídas dos Sistemas Operacionais (Contabilidade, Contas a Receber, Contas a pagar, Tesouraria, Compras, Vendas, Produção etc.).

A Contabilidade, enquanto ciência, tem uma base rica em fundamentos e conceitos os quais devemos utilizá-los e, agindo mutuamente com os demais ramos do conhecimento, buscar a construção de uma via alternativa à Contabilidade tradicional, como uma evolução natural desta Contabilidade praticada identificamos a Controladoria.

Marion (1996, p.140), considera a Controladoria como:

[...] área de responsabilidade tem por função coordenar os esforços dos gestores para alcançar seus resultados, gerando informações relevantes e oportunas para a tomada de decisão na organização [...]

De acordo com Marion esse órgão de controle denominado de Controladoria tem a responsabilidade de organizar as atividades de forma que possa atingir os objetivos previstos pela organização, com a finalidade de melhorar as informações para tomada decisão.

Assim, a Controladoria não pode ser vista como um método voltado ao como fazer. Para uma correta compreensão do todo, devemos dividi-la em dois vértices. O primeiro, como ramo de conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda base conceitual, com fundamentos, conceitos, princípios e métodos oriundos de outras ciências, e o segundo como órgão administrativo respondendo pela disseminação do conhecimento, modelagem e implantação de sistemas de informações, com uma missão, funções e princípios norteadores definidos no modelo de gestão e sistema empresa.

Esses fatores são muito bem demonstrados por Perez Júnior que afirma que pelos quais a “[...] controladoria assegurará o cumprimento da missão da empresa através da integração entre o planejamento estratégico, planejamento operacional e orçamento empresarial.” (1995, p. 178).

Segundo Campiglia (1993, p. 11)

O Controle da Gestão deve ser entendido como um conjunto de informações e de ações cujo objetivo é manter o curso das operações dentro de um rumo desejado. Os desvios de rumo, quando ocorrem, precisam ser: a) Rapidamente detectados; b) Medidos; c) Investigados para a identificação de suas causas; e d) corrigidos, através de ações eficazes.

Campiglia (1993) demonstra a importância do planejamento e controle, para que se cumpram metas a qual a organização deseja alcançar, é necessário que haja um plano de trabalho, saber aonde quer chegar, para traçar os caminhos a serem seguidos, qualquer mudança que atrapalhe na conclusão das metas estabelecidas devem ser identificadas e corrigidas a tempo, por isso a importância de conhecer a empresa em todos seus aspectos.

Marion (1996, p. 140) defende que, a Controladoria tem como papel: “induzir a otimização dos resultados econômicos da empresa a fim de garantir sua sobrevivência”. Com essa função, verifica-se que o objetivo da controladoria é o de assegurar um resultado coordenado de vários órgãos na realização de uma função da empresa, o que corresponde a uma integração das diversas áreas para um fim comum.

Consoante Figueiredo e Caggiano (1997, p. 26), “A missão da controladoria é zelar pela continuidade da empresa, assegurando a otimização do resultado global”. Contudo, vê-se que esse ramo do conhecimento preocupa-se com todos os aspectos ligados à entidade, a fim de manter sua continuidade, atingindo sempre bons resultados.

Diante desse cenário, e conforme Schmidt (2006, p. 48) as principais funções da controladoria podem ser definidas como:

- estabelecer, manter e sistematizar um integrado plano de operação consistentes com os objetivos da companhia (missão);
- gerenciar o risco operacional através da administração dos sistemas de controles internos;
- preparar, analisar e interpretar o que será disponibilizado no sistema de informações que servirá de base para os administradores, no processo de tomada de decisão e supervisão da preparação das demonstrações externas que servirão de reporte para o governo, acionistas, instituições financeiras, fornecedores e público em geral;
- desenvolver, estabelecer e manter sistemas de contabilidade societária, de custos e gerencial para todos os níveis da companhia, incluindo corporação, divisões, fábricas e unidades para registro das atividades para adequado controle interno e com suficiente flexibilidade para fornecer informações necessárias para a administração e controle dos negócios;
- supervisionar, impostos federais, estaduais, locais e internacionais, incluindo o relacionamento com os agentes e autoridades governamentais; manter um relacionamento apropriado com auditores internos e externos; instituir programas de seguro, cobertura e provisões; desenvolver e manter sistemas e procedimentos; supervisionar as funções de tesouraria; instituir programas e etc.

As funções de planejamento e controle também estão inseridas dentro da controladoria.

3.1 Controller

É o profissional responsável pela execução da atividade de Controladoria, esse profissional está diretamente ligado à alta administração, possui diversas autoridades e responsabilidades dentro da empresa, preocupa-se com as funções de planejamento, controle e auxilia no processo de gestão.

Segundo Hoji (2004, p.383).

Ao controller não compete o comando do navio, tarefa que cabe ao principal executivo; o controller representa na empresa o navegador que cuida dos mapas da navegação. Sua função é manter informado o comandante quanto à distância percorrida pela embarcação, ao local em que se encontra, à sua velocidade, à resistência que encontra, aos desvios da rota, aos recifes perigosos e aos caminhos traçados nos mapas, para que todas cheguem ao destino final [...]

No entanto o *Controller* é como um orientador. Esse profissional se encarrega da manutenção das informações, e análises das mesmas; é através dele que o administrador terá conhecimento da situação da organização a qual administra, esse profissional fornecerá dados consistentes, caminhos a ser seguidos, deve ter a capacidade de prever problemas nos diferentes departamentos e de antecipar a eles, fornecendo elementos para as devidas soluções.

A controladoria é uma atividade relativamente nova no Brasil. Portanto, o papel do *Controller*, que é o executivo responsável pela área de controladoria, ainda não está claramente definido em algumas empresas. Este novo campo de atuação para os profissionais da Contabilidade requer o conhecimento e o domínio de conceitos de outras disciplinas, como Administração, Economia, Estatística, Informática etc.

Podemos então verificar que para a efetiva aplicação da Controladoria o profissional responsável por esta atividade deve ser especialista na área, possuir capacidades técnicas e conhecimentos das diversas ciências que auxiliam no processo de gestão.

Figueiredo e Caggiano (1997, p. 28), ressalta que:

O Controller é o gestor encarregado do departamento de Controladoria; seu papel é, por meio do gerenciamento de um eficiente sistema de informação, zelar pela continuidade da empresa, viabilizando as sinergias existentes, fazendo com que as atividades desenvolvidas conjuntamente alcancem resultados superiores aos que alcançariam se trabalhassem independentemente.

Pela visão moderna, o *Controller* tem uma atitude mais ativa em relação à visão tradicional, pois ele pode influenciar nos resultados da empresa, através de suas demonstrações e análises, fornece instrumentos aos administradores da empresa para auxílio em suas funções gerenciais, com ênfase no trabalho em equipe, objetivando a manutenção da continuidade da empresa e aumento de sua produtividade.

Nakagawa (1993, p. 13) também afirma que:

Os modernos conceitos de controladoria indicam que o *Controller* desempenha sua função de controle de maneira muito especial, isto é, ao organizar e reportar dados relevantes, exerce uma força ou influência que induz os gerentes a tomarem decisões lógicas e consistentes com a missão e objetivos da empresa. Para tanto, geralmente o controller acaba tornando-se o responsável pelo projeto, implementação e manutenção de um sistema integrado de informações, que operacionalizam pelas teorias da decisão, mensuração e informação.

Contudo, torna-se evidente a necessidade do *controller* dentro da organização, esse profissional é de extrema importância para manutenção e desenvolvimento das entidades. Tanto nas pequenas, médias e grandes empresas é acentuada a necessidade de um profissional, que zele com responsabilidade e autoridade de todos os aspectos; financeiro, econômico, operacional e organizacional para promover o maior crescimento possível.

3.2 Planejamento

Para Hoji (2004, p. 385)

O planejamento consiste em estabelecer as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados. Os objetivos fixados poderão ser atingidos somente com um sistema de planejamento adequadamente estruturado.

Para que determinada meta possa ser cumprida ela deve ser planejada, o planejamento refere-se ao trabalho de preparação, seguindo roteiros, seqüência coordenada de ações, o ato de tomar decisões por antecipação à ocorrência de eventos reais, e isto envolve a escolha de uma entre varias alternativas de ações possíveis, que os gerentes podem formular no contexto de diversos cenários prováveis do futuro. Em sentido geral, o processo de planejamento e controle abrange as etapas do ciclo planejamento – execução - controle, visando à consecução de determinados objetivos.

Segundo Figueiredo e Caggiano (1997, p. 31). O planejamento é formado pelos estágios:

Estabelecer os objetivos da organização
 Avaliar o cenário no qual a organização estará operando, relacionando os fatores externos que irão possivelmente afetar suas operações.
 Avaliar os recursos existentes, pois a gestão tem como escopo o uso mais eficiente destes recursos escassos, homens, máquinas, materiais e dinheiros.
 Determinar a estratégia para alcançar os objetivos estabelecidos no plano geral que especifica as metas. As decisões estratégicas dizem respeito ao estabelecimento do relacionamento entre a empresa e o meio ambiente.
 Delinear um programa de ação para alcançar metas estratégicas selecionadas para programas de longo prazo e de curto prazo, discriminando o tipo de recurso no orçamento anual assim, decisões são essenciais em todos os estágios do processo de planejamento.

Seguindo essas orientações, observa-se que o planejamento contempla a determinação de metas, avaliação do contexto dentro e fora da empresa, utilização dos recursos de forma eficiente; o plano a ser seguido deve ser elaborado através de um programa de trabalho, devendo este estar de acordo com as necessidades da empresa, onde para cada organização haverá um plano específico que atenda o fim ao qual foi determinado.

Ainda segundo Figueiredo (1997), o planejamento classifica-se em:

Planejamento Estratégico: diz respeito a um período de três a dez anos; normalmente é chamado de planejamento de longo prazo.
Planejamento Programa: Atividade que segue o planejamento de longo prazo e envolve o desenvolvimento de planos para os dispêndios de capital necessários para os objetivos de longo prazo.
Planejamento Orçamentário: Aquele que converte o plano de longo prazo da firma às necessidades do futuro imediato. É usualmente descrito como orçamento e é desenvolvido numa base anual.

3.3 Controle

O controle está diretamente ligado ao planejamento, com essa função é possível certificar-se de que a organização está atuando de acordo com os planos e políticas traçados, desde que as atividades estejam em conformidade com os planos.

Para Figueiredo e Caggiano (1997) controle é um sistema de *Feedback* que possibilita os desempenhos ser comparados com os objetivos planejados; controle é essencial para realização do planejamento de longo e curto prazo. Os objetivos planejados poderão ser atingidos através do controle.

Um fator relevante para que se possa atingir um desempenho favorável da função de controle é um eficiente sistema de informações que revele a necessidade de ações corretivas em tempo apropriado, possibilitando aos gestores julgar se seu plano ainda é apropriado, diante de mudanças ambientais acontecidas mês a mês, ano a ano.

Marion, (1996, p. 45). Define controle como: “o processo pelo qual a organização planeja, executa e controla os planos e políticas de gestão”. Ainda, segundo ele, esta atividade envolve o monitoramento, a mensuração e a correção dos desvios das atividades operacionais em relação ao planejado, com fim de assegurar que os objetivos sejam alcançados em todas as áreas de responsabilidade.

Calderelli (2004, p. 197), enuncia o controle como. “Vigilância Contábil e administrativa com o fito de assegurar a integridade do patrimônio, a regularidade das operações e exatidão das funções contábeis”.

O controle deve atuar simultaneamente as ações ou eventos e aos níveis estratégico, tático e operacional, que incluem as seguintes atividades: escolha e fixação de objetivos, metas e padrões coerentes com o resultado objetivado; determinação do que medir e desenvolvimentos de indicadores de como medir atividades; comparação do desempenho real ao planejamento; comunicação do desempenho e alternativas de ação subseqüentes e acompanhamento destas, o controle caracteriza-se como uma atividade que mede, avalia e indica, a direção a ser seguida dentro da entidade.

3.4 Sistemas

De acordo com Oliveira (1997, p. 35)

Sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que conjuntamente forma um todo unitário com determinado objetivo e efetuam uma determinada função.

Ainda segundo Oliveira (1997): os sistemas podem ser abertos ou fechados, dependendo do grau de interdependência com o ambiente externo, influenciando e sendo por ele influenciado.

Nakagawa (1993, p. 22), relata a classificação dos sistemas:

Sistemas fechados são os que não interagem com seu ambiente, ou seja, as interações neles observadas ocorrem apenas entre as partes ou elementos que os compõem, como o que ocorre por exemplo, com relógio, máquinas e etc.

Sistemas abertos ao contrário, são os que interagem com seu ambiente em relação ao qual recebem e transmitem energia.

Sistemas estáticos, são aqueles em que não ocorrem eventos, ou seja, durante determinado tempo não se observam alterações em nenhuma de suas propriedades estruturais.

Sistemas dinâmicos, são aqueles em que ocorrem eventos que modificam, periodicamente, sua própria estrutura e as características das partes ou elementos que os compõem.

Sistemas homeostáticos são sistemas estáticos, mas cujas partes ou elementos são dinâmicos, ou seja, são sistemas que conseguem manter suas propriedades relevantes, mesmo que ocorram mudanças significativas em seu ambiente.

Dentro dos sistemas existe um conjunto de funções que, ao serem exercitadas, farão com que determinado objetivo seja alcançado, essas funções consistirão em atributos com relação mútua entre si e a ação de um provocará uma reação no outro.

As características do sistema é a interação entre todas as partes que o compõe, esse sistema deve ser padronizado de forma que facilite o trabalho na empresa. Com objetivo de atingir as funções administrativas é de grande importância a utilização de sistemas, os mesmos auxiliam na execução dos trabalhos.

3.4.1 Sistemas Contábeis

Segundo Marion (1998, p.158), define os Sistemas Contábeis como:

[...] conjunto de atividades contábeis que engloba a compreensão da atividade empresarial (necessária para elaborar um plano de contas adequado), a análise e interpretação de cada fato contábil isoladamente, a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras, sua análise, interpretação e recomendações para aperfeiçoar o desempenho da empresa.

Os sistemas auxiliam na utilização das informações contábeis sendo com eles possível reunir as informações de forma prática e objetiva pois, os mesmos possibilitam agregar os dados de forma coordenada e lógica de modo que abranjam um campo e necessidades específicas.

Para que as informações contábeis sejam utilizadas no processo de administração, é necessário que seja desejável e útil aos responsáveis pela administração da entidade. Aos administradores que buscam a excelência empresarial, uma informação mesmo que útil, só é desejável se conseguida a um custo menor que os benefícios propiciados à empresa. A informação não pode custar mais do que seu valor econômico.

Ensina Padoveze (1994) que, para um Sistema de Informação Contábil ser dinâmico em uma empresa, é preciso apoio da alta administração. Por conseguinte a necessidade tem que ser sentida pela cúpula, permitindo, a partir daí termos tranquilidade para desenvolver e manter adequadamente o Sistema de Informação. Chama a isso de “retaguarda”. Esclarece que a retaguarda é necessária porque um Sistema de Informação Contábil Gerencial é abrangente e deve atender a toda empresa. Uma vez assimilado pela alta administração da empresa, os demais níveis hierárquicos estarão sendo orientados e se utilizarão do sistema.

Enfatiza Padoveze (1994, p. 35) que,

[...] caso esses conceitos de utilidade e necessidade da informação Contábil não estejam imediatamente presentes no ambiente da cúpula administrativa da empresa é tarefa do Contador fazer nascer e crescer essa mentalidade gerencial. Para isso é necessário apenas o conhecimento profundo da Ciência Contábil e de seu papel informativo – gerencial [...]

Conforme o autor explica, é do Contador a função de estimular a utilização da contabilidade como instrumento de gerenciamento. A contabilidade não serve apenas para registros, os dados são necessários, porém servirão de bases para interpretação, análises e tomada de decisão.

A informação contábil sistematizada exige planejamento para produção dos relatórios, atendimento pleno aos usuários e construção de relatórios com enfoques diferentes aos diferentes níveis. Dessa forma, será possível efetuar controle posterior, porque só poderá ser controlado aquilo que é aceito e entendido. Além disso, se o Sistema de Informações gerenciais não for atualizado frequentemente, poderá ficar numa situação de descrédito perante seus usuários.

4 A MICROEMPRESA

A microempresa pode ser compreendida como uma entidade privada com fins lucrativos de pequeno porte. No entanto, os critérios específicos usados para sua classificação variam de um órgão para o outro. Há vários conceitos no Brasil e no mundo, em geral eles levam em consideração critérios quantitativos, como número de empregados ou faturamento anual bruto.

Enquanto os órgãos tributários usam a receita bruta anual, entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por exemplo, utilizam o número de pessoas ocupadas, sendo que, para o primeiro, as microempresas são aquelas que possuem até dezenove, e, para o segundo, as que têm no máximo nove pessoas trabalhando.

Outra classificação é dada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que define o porte, se micro ou pequena empresa, conforme o número de funcionários empregados.

A Resolução MERCOSUL GMC número 90/93, que institui a política de apoio às micro e pequenas empresas, traz os parâmetros de definição para essas empresas, diferenciadas por setor: Indústria, comércio e serviços. A Resolução MERCOSUL GMC número 59/98, que dispõe sobre a Etapa II da referida política mantém os mesmos parâmetros, a saber.

PARAMETROS PARA DEFINIÇÃO DE PORTE	MICROEMPRESA		PEQUENA EMPRESA		MÉDIA EMPRESA	
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇO
NÚMERO DE EMPREGADOS	1-10	1-5	11-40	6-30	41-200	31-80
FATURAMENTO ANUAL	U\$\$ 400 mil	U\$\$ 200 mil	U\$\$ 3,5 milhão	U\$\$ 1,5 milhão	U\$\$ 20 milhão	U\$\$ 7 milhão

Quadro 2: Porte da empresa, Resolução MERCOSUL GMC 90/93. **Fonte:** MERCOSUL/GMC/RES. N°. 90/93 e MERCOSUL/GMC/RES. N° 59/98

A multiplicidade de critérios dificulta a comparação de dados dos diversos órgãos governamentais federal, estadual e municipal, assim como das entidades de apoio (IBGE,

SEBRAE etc.), para o dimensionamento do setor das microempresas em termos de participação econômica e importância.

Sem dúvida, as microempresas exercem um papel relevante dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em virtude do grande percentual de entidades existentes e do significativo volume de mão-de-obra absorvido, gerando um considerável aumento da renda interna.

O quadro a seguir traz os parâmetros que alguns órgãos utilizam para definição de microempresa e empresa de pequeno porte.

	Microempresa	Pequena Empresa	Média empresa
ESTATUTO MPE Receita Bruta anual	Até R\$ 433.755,14	Até R\$ 2.133.222,00	-
SIMPLES Receita Bruta anual	Até R\$ 240.000,00	Até R\$ 2.400.000,00	-
RAIS Número de empregados	0-19	20-99	100-499
SEBRAE Indústria Número de empregados	0-19	20-99	100-499
SEBRAE Comércio e serviço Número de empregados	0-9	10-49	50-99

Quadro 2.1: Classificação de porte da empresa. **Fonte:** RAIS/MTE - Lei nº 9317/96 - Lei nº 9841/99

4.1 Dados SEBRAE

4.1.1 Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das empresas no Brasil, relatório de pesquisa 2004.

Tendo em vista que o trabalho apresentado destina-se ao estudo da atividade das Informações Contábeis nas Microempresas, é importante apresentar a pesquisa realizada pelo

SEBRAE em parceria com a FUBRA (Fundação Universitária de Brasília), o estudo foi realizado através de pesquisa de campo no início de 2004, com empresas constituídas em 2000, 2001 e 2002, nas vinte e seis unidades da federação e no Distrito Federal, os resultados foram obtidos através de entrevista realizada junto às empresas extintas e em atividades, onde demonstram dados referentes à taxa de mortalidade das empresas no Brasil, e fatores que levam a esse acontecimento.

De acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004), são constituídas no Brasil, anualmente em torno de 470 mil novas empresas, o que pode ser considerado um dado significativo para a economia do país, e importante aos órgãos que se preocupam com planejamento de ações e programas de apoio as micro e pequenas empresas.

A taxa de mortalidade verificada para o Brasil são as seguintes:

- 49,4% para as empresas com até 2 (dois) anos de existência (2002).
- 56,4% para as empresas com até 3 (três) anos de existência (2001).
- 59,9% para as empresas com até 4 (quatro) anos de existência (2000).

ANO DE CONTITUIÇÃO	2000	2001	2002
%	53,9	54,6	49,4

Quadro 3: Taxa de mortalidade: Região Centro – Oeste. **Fonte:** Relatório de pesquisa - Brasília-Agosto/2004/SEBRAE

De acordo com os dados da pesquisa verificamos que as taxas de mortalidade nos primeiros anos de atividade são elevados, podendo ser considerado como fator negativo para economia do país, pois o encerramento de uma atividade tem um custo muito alto para sociedade, em termos de dispensa de mão-de-obra, perda de poupança e distribuição de renda.

CATEGORIAS	RANKING	DIFICULDADES RAZÕES	PERCENTUAL
Falhas Gerenciais	1º	Falta de Capital de Giro	42 %
	3º	Problema financeiro	21 %
	8º	Ponto local inadequado	8 %
	9º	Falta de conhecimento gerenciais	7 %
Causas Econômicas conjunturais	2º	Falta de clientes	25 %
	4º	Maus pagadores	16 %
	6º	Recessão econômica	14 %
Logística Operacional	12º	Instalação inadequada	3 %
	11º	Falta de mão-de-obra qualificada	5 %
Políticas Públicas e arcabouço legal	5º	Falta de crédito bancário	14 %
	10º	Problemas com a fiscalização	6 %
	13º	Carga tributária elevada	1 %
	7º	Outra razão	14 %

Quadro 3.1: Causas das dificuldades e razões para o fechamento das empresas. **Fonte:** Relatório de pesquisa - Brasília - Agosto/2004/SEBRAE

As respostas acima se originaram de perguntas estimuladas, ou seja, foram previamente listadas para os empresários para sua escolha e indicação.

Quando foram colhidas respostas espontâneas dos empresários, o que representou maior percentual de citações refere-se à carga tributária elevada.

De acordo com dados fornecidos pela pesquisa realizada pelo SEBRAE, conclui-se que as principais causas da mortalidade empresarial são:

- Falhas gerenciais;
- Causas econômicas conjunturais;
- Tributação;
- Concorrência;

Ao término da pesquisa realizada pelo SEBRAE foi verificado que a principal causa de mortalidade das empresas no Brasil é o mau gerenciamento, em segundo causas econômicas e relacionado com situação do país, tributação e concorrência vieram depois, ficou constatado falhas gerencial em todos os setores e atividades, tornando-se assim clara a necessidade de um sistema de Controladoria dentro das organizações.

5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A metodologia adotada para elaboração do presente trabalho foi o levantamento de dados bibliográficos e pesquisa de campo realizado através de questionário enviado aos microempresários da cidade de Dourados no estado do Mato Grosso do Sul.

Para coleta de dados foi elaborado um questionário contendo vinte e uma questões variáveis, sendo enviado a trinta microempresas da cidade de Dourados-MS, das quais apenas vinte e uma retornaram (70%). O questionário foi assim distribuído, as dez primeiras questões buscaram determinar as características do empresário e, as demais questões referiram-se exclusivamente as características da empresa.

Foram escolhidas aleatoriamente, vinte empresas comerciais e dez empresas prestadoras de serviço totalizando trinta empresas, sendo formuladas vinte e uma questões. As dez primeiras foram destinadas ao levantamento do perfil do empresário, as demais se referiam as características da empresa.

Calderelli (2004, p. 284) define empresário como: “Pessoa que tem capacidade para entregar seu capital e trabalho no sentido de produzir riquezas”.

Nas vinte e uma questões aplicadas aos administradores e proprietários dessas empresas, algumas ficaram em branco, haja vista que a maioria não tinha conhecimento sobre contabilidade gerencial e controladoria.

Neste contexto cabe, pois, ressaltarmos que o estudo defrontou-se com muitas dificuldades para ser realizado, notadamente da parte dos administradores que, julgando que as perguntas se destinavam a um fim diverso daquele efetivamente empregado, acabaram por não responderem ao questionário, alguns alegavam não possuírem tempo pra responderem tal pesquisa. No total de 30 empresas selecionadas apenas 21 deram retorno da pesquisa solicitada, ou seja 70%, das quais 15 são empresas comerciais e 6 prestadoras de serviço.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos e os resultados da pesquisa realizada junto às microempresas do município de Dourados, na qual o objetivo foi verificar a aplicação da informação contábil como ferramenta de gerenciamento e informação necessária para a tomada de decisão.

De acordo com Crepaldi (2004, p. 20).

A contabilidade é uma atividade fundamental na vida econômica. Mesmo nas economias mais simples, é necessário manter a documentação dos ativos, das dívidas e das negociações com terceiros.

Crepaldi (2004) evidencia a necessidade da contabilidade mesmo em economias mais simples. Além do auxílio da contabilidade para manutenção de registros, essas economias necessitam também de controles gerenciais; ferramentas que dão suporte à administração são indispensáveis às pequenas empresas, onde na maioria das vezes preocupam-se com a contabilidade destinada ao Fisco. Sendo assim a maior parte das microempresas não fazem uso da contabilidade como gerenciamento de suas atividades.

Os resultados da pesquisa são apresentados de acordo com a organização do questionário aplicado.

6.1 Resultado da pesquisa

Conforme afirmamos anteriormente, o objetivo principal da pesquisa foi aferir até que ponto a informação contábil através da contabilidade gerencial e financeira é utilizada nas microempresas de Dourados.

Para tanto, o questionário aplicado foi direcionado à identificação e análise da realidade nesse segmento e contexto, sendo que os resultados obtidos podem ser vistos nos gráficos mostrados a seguir.

6.2 Referente ao Empresário

6.2.1 Idade do empresário

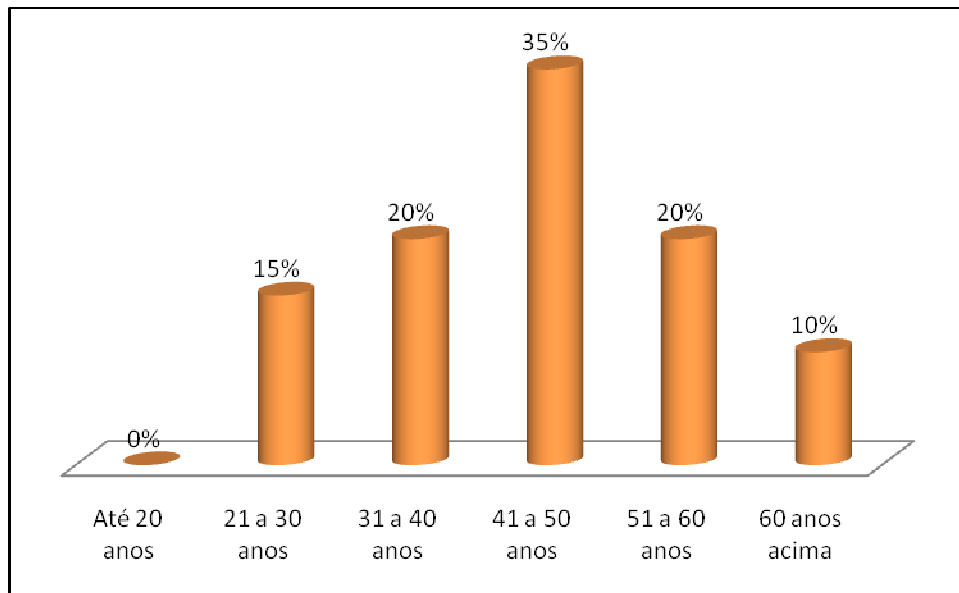


Gráfico 1. Fonte: Dados da pesquisa

Essa questão teve o objetivo de verificar a faixa etária de idade dos empresários, onde a mesma demonstra que 35% dos empresários que responderam as questões possuem entre quarenta e cinquenta anos, 20% possuem entre trinta e quarenta como também entre cinquenta e sessenta anos, 15% têm entre vinte e trinta anos e apenas 10% tem mais de sessenta anos.

Podemos também observar que a idade dos empresários entrevistados nas microempresas esta basicamente nivelada quanto à juventude e a maior idade. Isso mostra que os jovens estão arriscando mais no que se diz respeito a novos empreendimentos na busca de independência financeira e realização pessoal.

6.2.2 Formação do Empresário

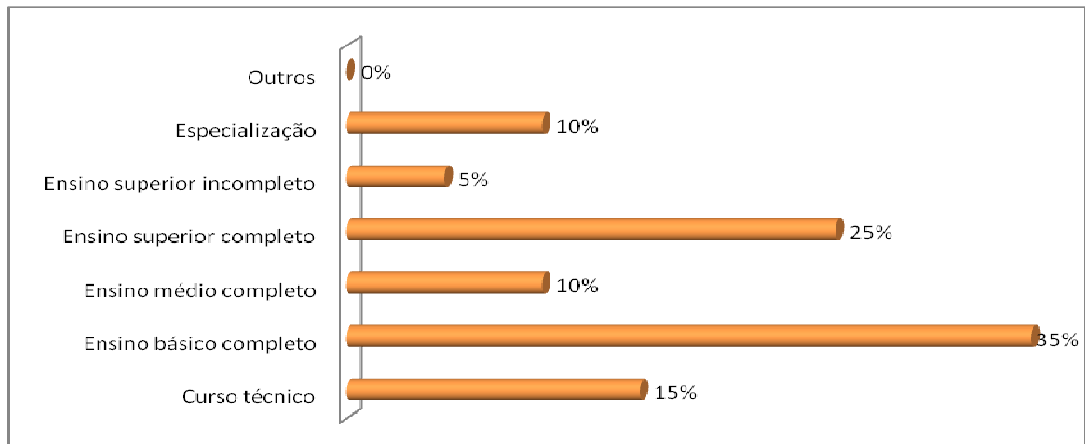


Gráfico 2. **Fonte:** Dados da pesquisa

Dentre os empresários que responderam ao questionário constatou-se que o maior percentual possui o ensino básico completo, ficando em segundo lugar os empresários com formação superior seguido por cursos técnicos. Com relação ao Ensino Médio e especialização temos 10% cada sendo que não há nenhum analfabeto.

Mais um forte indicio que o jovem após terminar o ensino básico tem buscado abrir seu próprio negocio e acabam por não se interessarem em especializar-se em algo ou até mesmo buscar uma formação.

6.2.3 Tempo de atuação do empresário no mercado

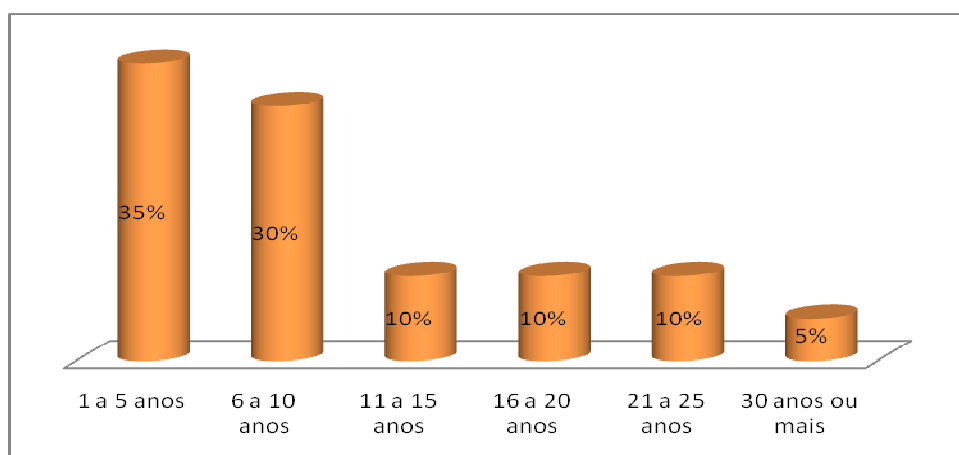


Gráfico 3. **Fonte:** Dados da pesquisa

O propósito dessa questão foi verificar o tempo no qual atuam no mercado como empresários, 65% dos empresários entrevistados atuam no mercado a menos de 10 anos, e o restante, ou seja, 35% estão no mercado a mais de 11 anos.

6.2.4 Responsável pela administração da empresa

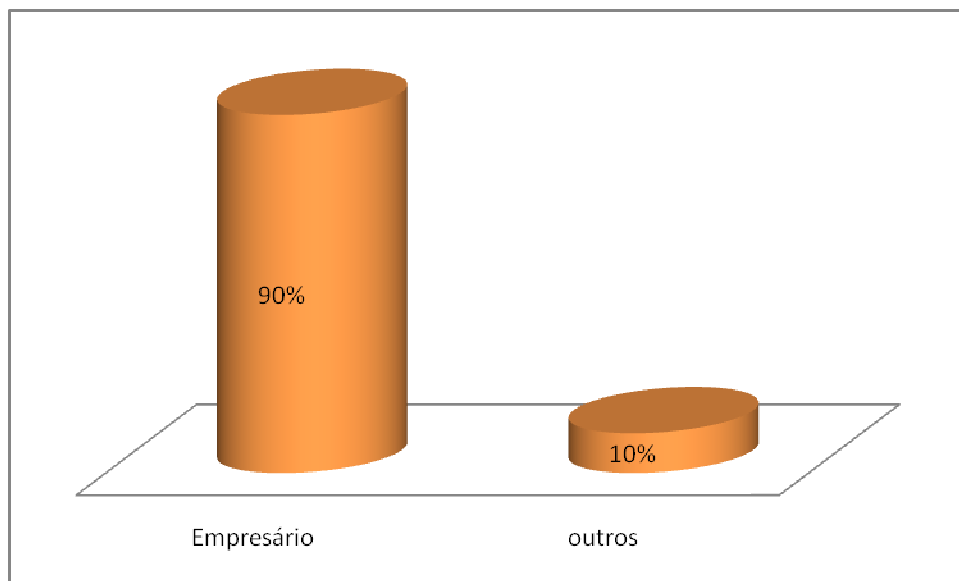


Gráfico 4. Fonte: Dados da pesquisa

Essa questão procurou confirmar uma das características dos pequenos empreendimentos, a gestão do negócio pelo dono da empresa. A análise do gráfico demonstra que na maioria dos casos é o proprietário da empresa é quem a administra, sendo 90% das empresas as quais responderam ao questionário, geridas por seus proprietários, onde os mesmos, na maioria dos casos, não possuem nenhuma formação que os auxiliem no melhor gerenciamento das atividades, a administração dessas pequenas entidades são realizadas no acaso, grande parte dos entrevistados não estão preocupados com as funções de controle e planejamento.

6.2.5 Tempo de atuação no mesmo ramo de negócio

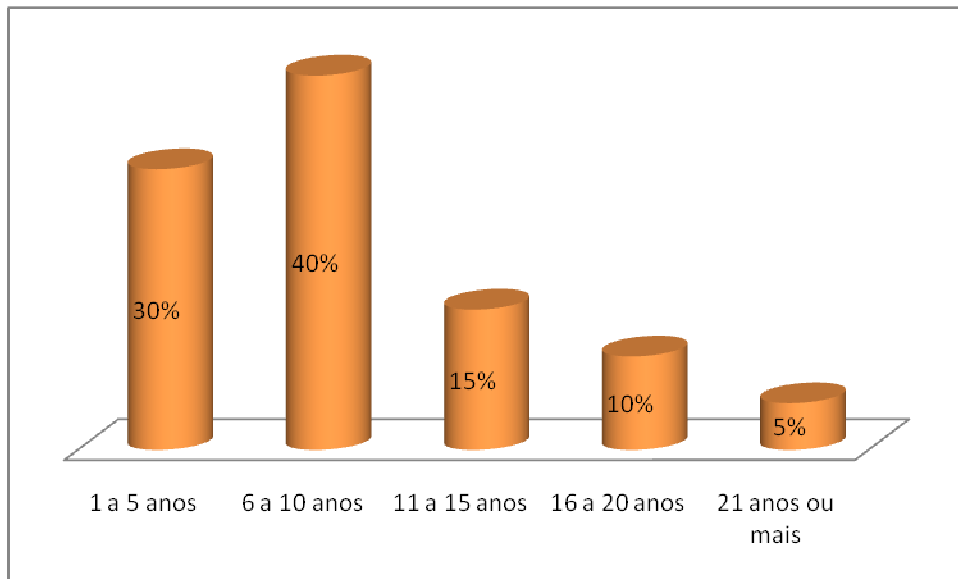


Gráfico 5. **Fonte:** Dados da pesquisa

A análise das respostas permite a conclusão de que 40% das microempresas as quais responderam ao questionário atuam no mesmo ramo de negócio entre seis e dez anos seguido dos novos empreendimentos com 30%.

6.2.6 Causas para abertura do próprio negócio

A questão foi colocada de forma aberta, onde foi perguntado aos empresários: O que o levou a abrir seu próprio negócio?

A maioria teve a mesma linha de pensamento de que abriram seu negócio na busca de independência financeira e realização pessoal, alguns consideraram a falta de qualificação e a pouca oportunidade no mercado de trabalho.

Dentre todos que responderam ao questionário, apenas dois responderam que um dos motivos de abrir seu próprio negócio foi oportunidade empreendedora.

6.2.7 Informações consideradas importantes no dia-a-dia da empresa

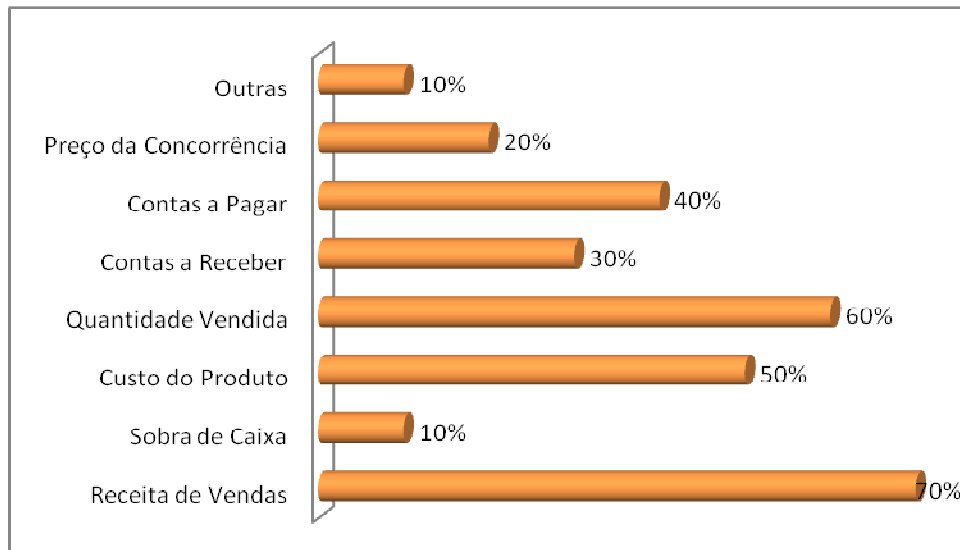


Gráfico 6. **Fonte:** Dados da pesquisa

As respostas acima originaram-se de perguntas estimuladas, ou seja, foram previamente listadas para os empresários para sua escolha e indicação, cada item equivale a 100%, pois podiam optar por várias alternativas ao mesmo tempo. Os dados da pesquisa permitem concluir que a maior parte dos empresários está preocupada com a receita de vendas seguido da quantidade vendida e o custo do produto.

6.2.8 Preocupação em identificar possíveis causas de desperdício

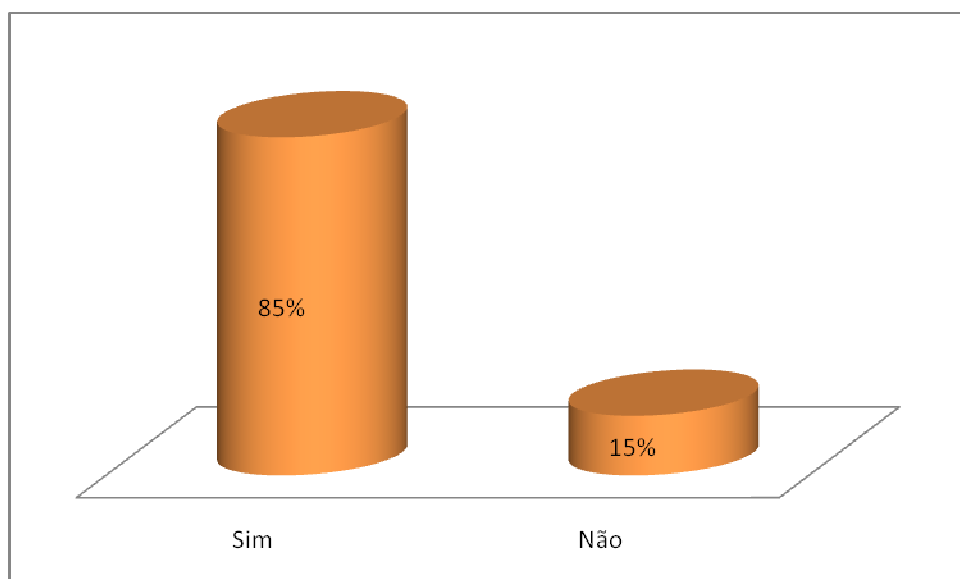


Gráfico 7. **Fonte:** Dados da pesquisa

Quando colocada a questão relacionada a desperdício 85% dos entrevistados responderam que se preocupam, porém a maioria não conhece formas realmente eficazes para reduzi-los.

6.2.9 Entendimento dos empresários com relação à Contabilidade

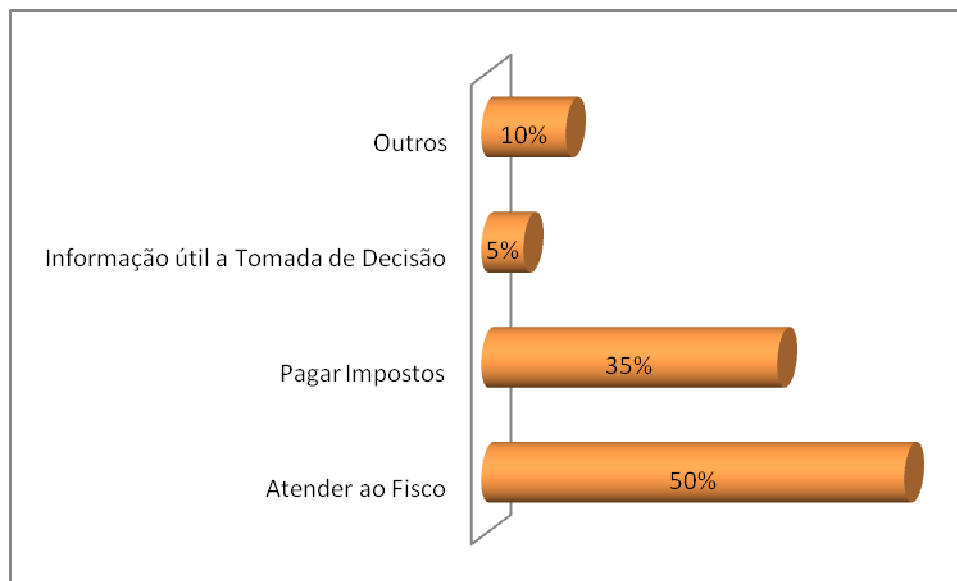


Gráfico 8. **Fonte:** Dados da pesquisa

Nesta questão foi feita a proposta de como a contabilidade é vista no entendimento dos microempresários. A maioria não opinou mas, mesmo assim, obteve-se uma gama de 50% dos questionários respondidos que dizem ser apenas para atendimento do Fisco seguido por 35% considerando a categoria como emissores de impostos. Apenas 5% consideram que podem contar com a contabilidade como uma grande geradora de informação para tomada de decisão dentro de sua empresa.

Tendo em vista o desconhecimento dos empresários douradenses sobre o assunto, é compreensível a não utilização das ferramentas gerenciais fornecidas pela informação contábil pois, mesmo nas pequenas empresas, é indispensável que se tenha um bom gerenciamento das informações para que se alcance dos objetivos de uma empresa, maximização de lucros e redução de custos.

6.2.10 Interesse e disposição dos empresários em pagar e, na utilização de serviços de assessoria gerencial prestados pelo contador

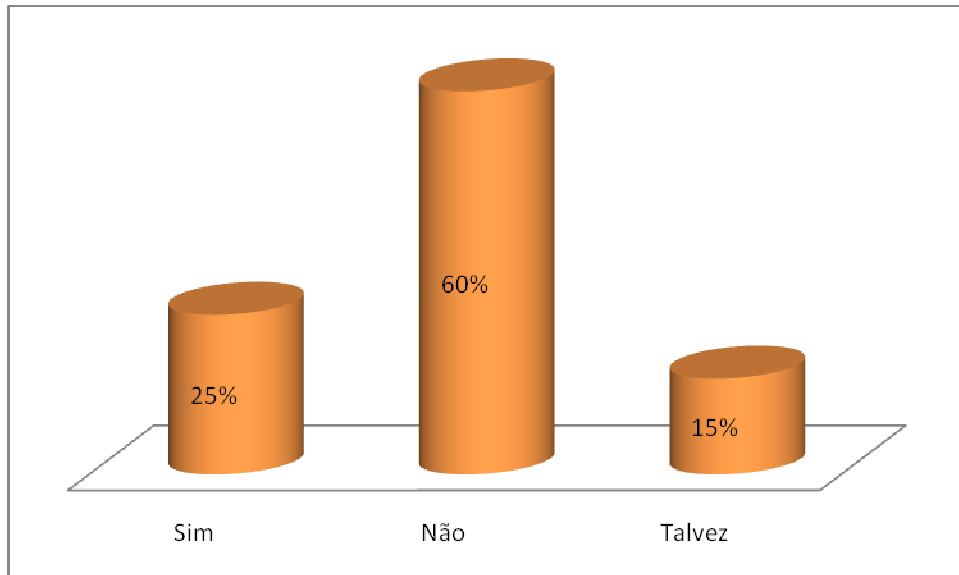


Gráfico 9. Fonte: Dados da pesquisa

Conforme pode ser visto no gráfico 9, a utilização de assessoria gerencial através da contabilidade não é uma prática comum para as microempresas pesquisadas, haja vista que do total de questionários respondidos, foram anotados apenas 25% de empresas que aceitaria serviços de assessoria gerencial prestados pelo contador, enquanto outros 60% não aceitariam, pois consideram esses serviços como despesas desnecessárias para empresa.

Conseqüentemente, a maior parte dos empresários não está interessada em pagar mais para possuírem melhores serviços de contabilidade e, como já foi dito que em muitos casos consideram desnecessárias as funções gerenciais fornecidas pela contabilidade, muitos colocaram os serviços de assessoria prestados pelo contador como uma despesa a mais.

Pode-se dizer que isso se deve ao fato de não conhecer os benefícios da informação gerada através dos vários relatórios gerados pela contabilidade.

6.3 Referente à Empresa

6.3.1 Ramo de atividade

Essa questão foi apenas introduzida no questionário a fim de termos um melhor conhecimento do perfil das empresas pesquisadas. Dentre todas que contribuíram com o estudo, quinze são empresas comerciais e seis prestadoras de serviços de diversos ramos de atividade.

6.3.2 Número de funcionários

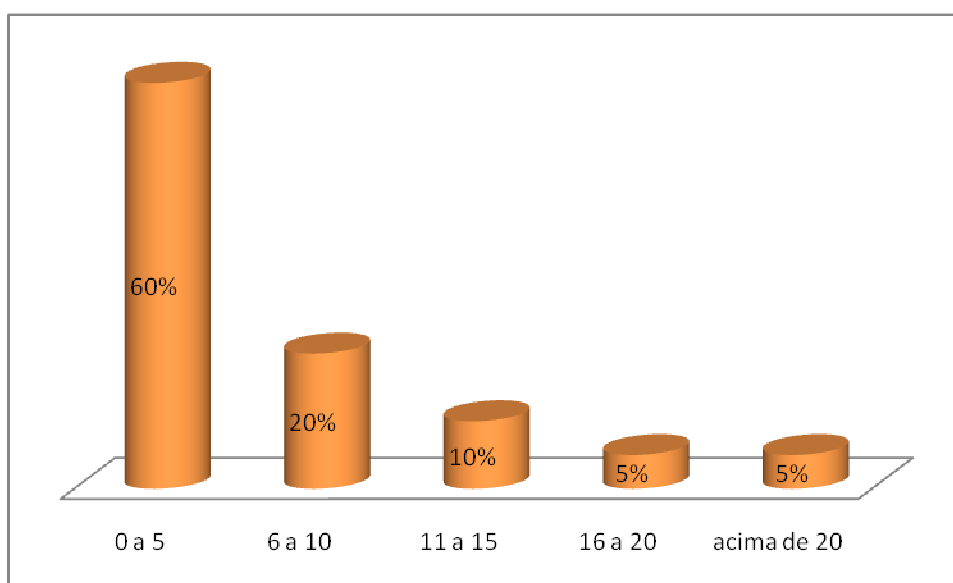


Gráfico 10. **Fonte:** Dados da pesquisa

Os critérios específicos para classificação do porte da empresa variam de acordo com o órgão, entidades como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), utilizam o número de pessoas ocupadas para classificação do porte. Assim todas as empresas que responderam ao questionário de acordo com esse critério classificam-se como microempresa.

6.3.3 Faixa de faturamento anual da empresa

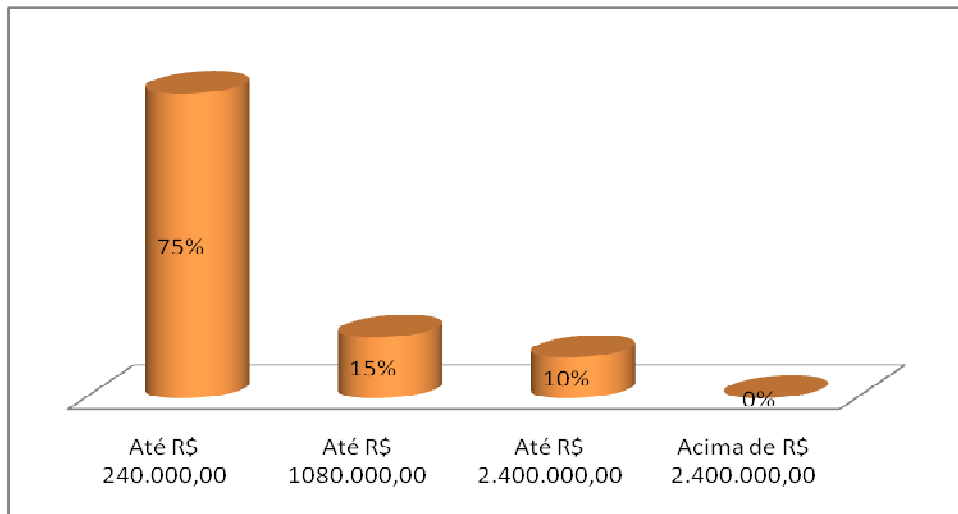


Gráfico 11. **Fonte:** Dados da pesquisa

Essa questão, assim como número de funcionários serviu para verificar se, dentre as empresas que responderam ao questionário, todas se enquadram nos parâmetros de microempresa contemplados de acordo a Receita Federal em seu critério para classificação do porte que é a receita bruta anual. Assim, todas as empresas que responderam ao questionário de acordo com esse critério classificam-se como microempresa.

6.3.4 Sistema de controle interno na empresa

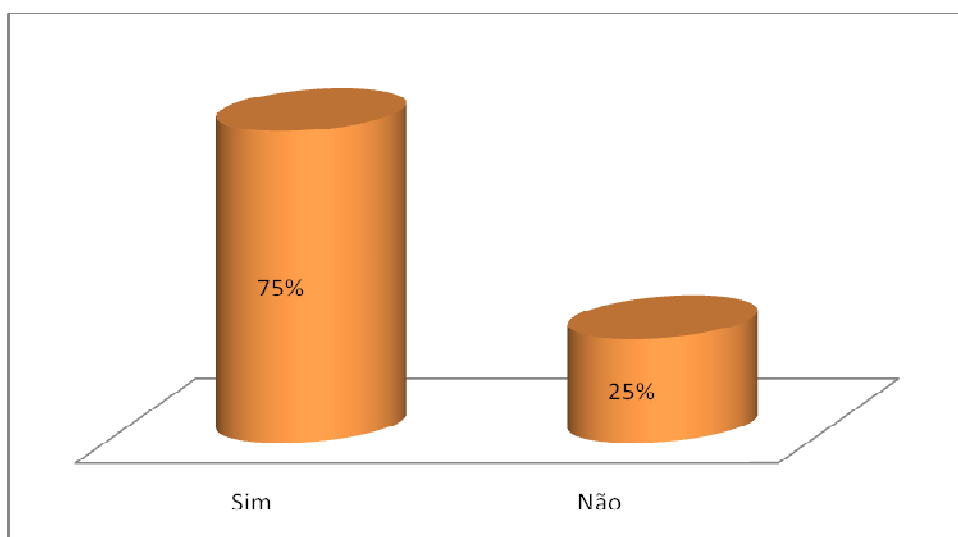


Gráfico 12. **Fonte:** Dados da pesquisa

Essa questão foi levantada com intuito de verificar a aplicação de controles internos nas empresas onde 75% dos entrevistados responderam que possuem controle interno, através de softwares que controlam estoques, caixa, contas a receber e a pagar, 25% dos entrevistados afirmaram não possuírem nem uma forma de controle, o que pode ser considerado um índice elevado partindo da premissa que os controles internos são essenciais para um melhor gerenciamento das atividades, a ausência de controles internos pode ser considerada uma falha muito grave na gestão de tais entidades.

6.3.5 Periodicidade da Avaliação dos Resultados

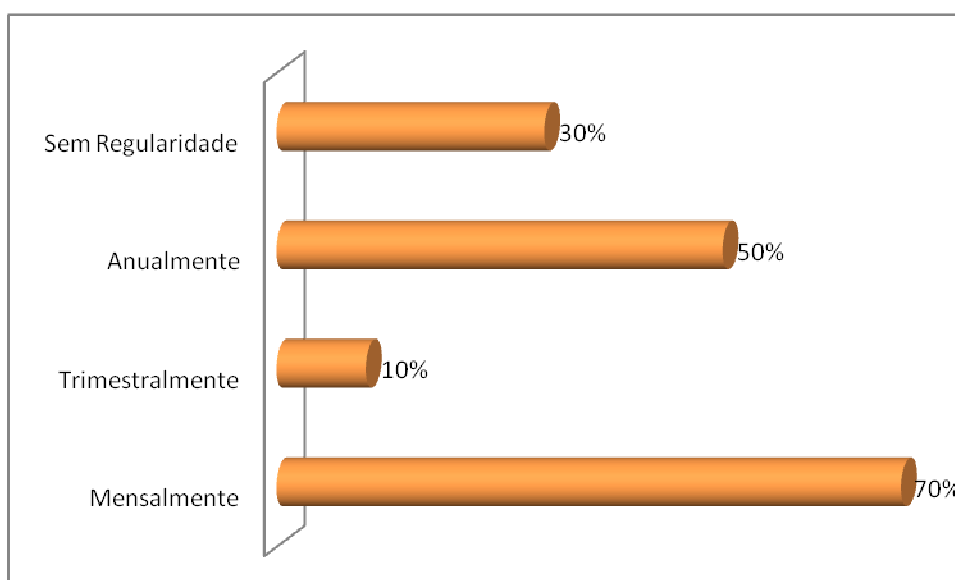


Gráfico 13. **Fonte:** Dados da pesquisa

Para avaliar qual a periodicidade da avaliação dos resultados obtidos na empresa, foi feita esta questão onde todas poderiam marcar mais de uma e obteve-se uma apuração mensal de 70% seguida da anual de 50%. Algumas das empresas avaliam sem regularidade, ou seja, quando acham necessário que somam 30% e, apenas 10% avaliam de forma Trimestral.

6.3.6 Custo dos produtos e/ou serviços

Foi indagado aos entrevistados a forma como é calculado o custo de seus produtos e/ou serviços prestados em suas empresas e constatou-se que na maioria existe pouca ou

nenhuma ocorrência de um efetivo controle e cálculo de custos. Estas consideram na maioria das vezes para cálculo apenas uma porcentagem em cima do valor de compra da mercadoria nas empresas comerciais e no caso das prestadoras de serviços, tomam base em seus conhecimentos da área. Torna-se claro, diante desses dados, o porquê de algumas entidades estourarem seus limites de investimentos ou mesmo deixarem de honrar alguns de seus compromissos financeiros, o que acaba aumentando a estatística de empresas que quebram nos primeiros cinco anos de vida.

6.3.7 Relatório contábil analisado

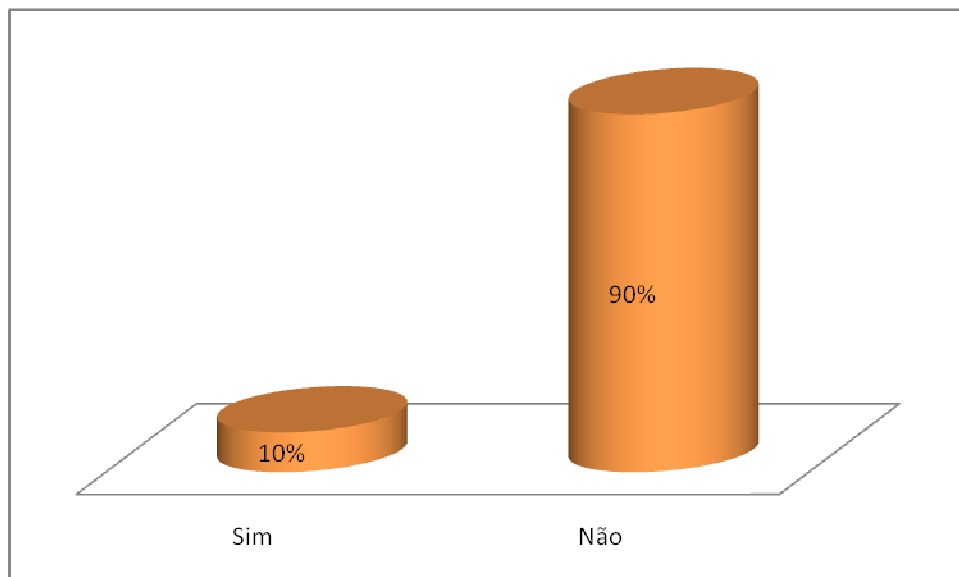


Gráfico 14. **Fonte:** Dados da pesquisa

Com relação às empresas que já tiveram algum de seus relatórios contábeis analisados, 90% responderam nunca ter tido qualquer tipo de análise de Balanço, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, Controle de Estoque ou qualquer que seja. Apenas 10% tiveram algum contato com alguma informação da contabilidade com relação a relatórios gerados pela mesma.

6.3.8 Contabilidade como instrumento para tomada de decisão

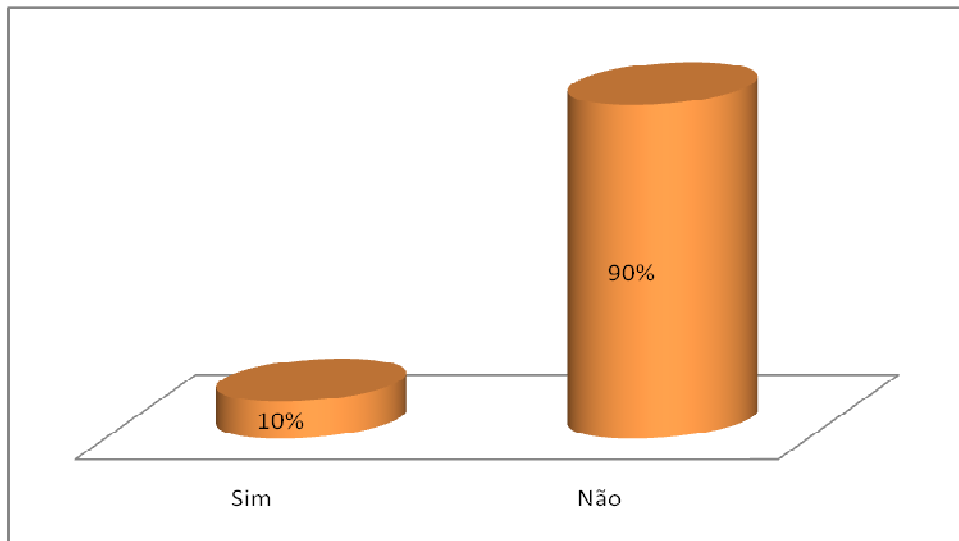


Gráfico 15. **Fonte:** Dados da pesquisa

Dos questionários respondidos, 90% das empresas nunca utilizaram a contabilidade como ferramenta na tomada de decisão. Somente 10% já tiveram a informação contábil como ajuda na obtenção de maior confiabilidade de suas decisões.

6.3.9 Margem de lucro adicionada ao custo

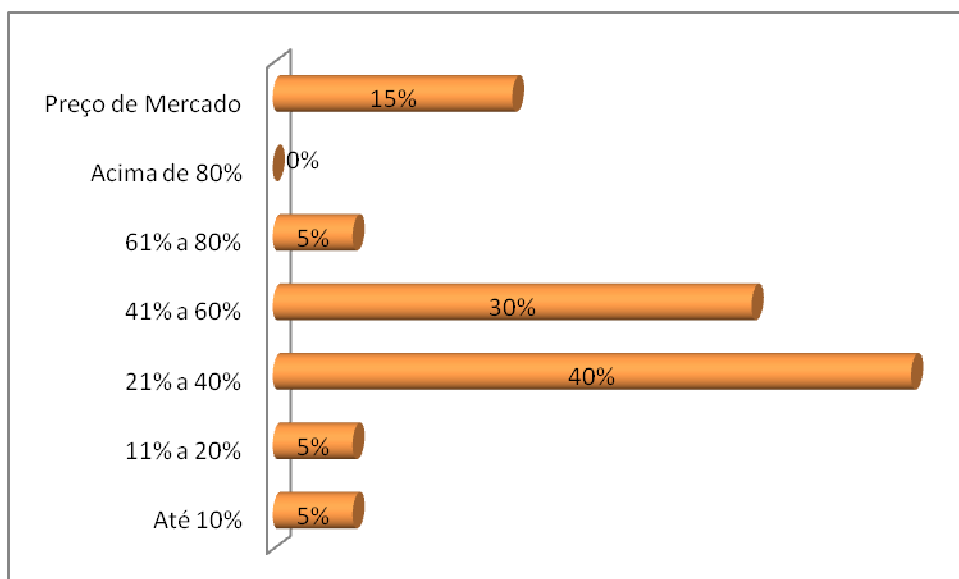


Gráfico 16. **Fonte:** Dados da pesquisa

Conforme pode ser visto no gráfico 40% das empresas entrevistadas utilizam uma margem de lucro adicionada para estabelecimento do preço de venda entre 21% e 40%, outros três grupos de 5% utilizam até 20% e de 61% a 80%, e entre 41% e 60% foram 30%. Ficaram em 15% os que se dizem orientar apenas pela quantidade de demanda e pelo preço de mercado.

6.3.10 Como é feita a Contabilidade da Empresa

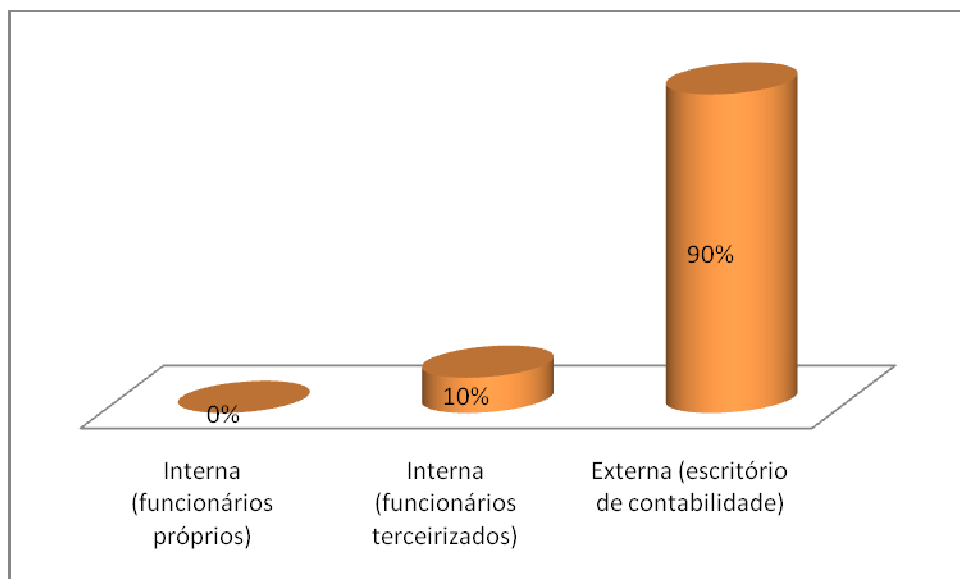


Gráfico 17. **Fonte:** Dados da pesquisa

A contabilidade das empresas questionadas, em sua maioria, ou seja, 90% delas têm como executor de sua contabilidade escritórios e 10% de funcionários terceirizados, ou autônomos por assim dizer.

6.3.11 Tipos de serviços prestados pelo contador

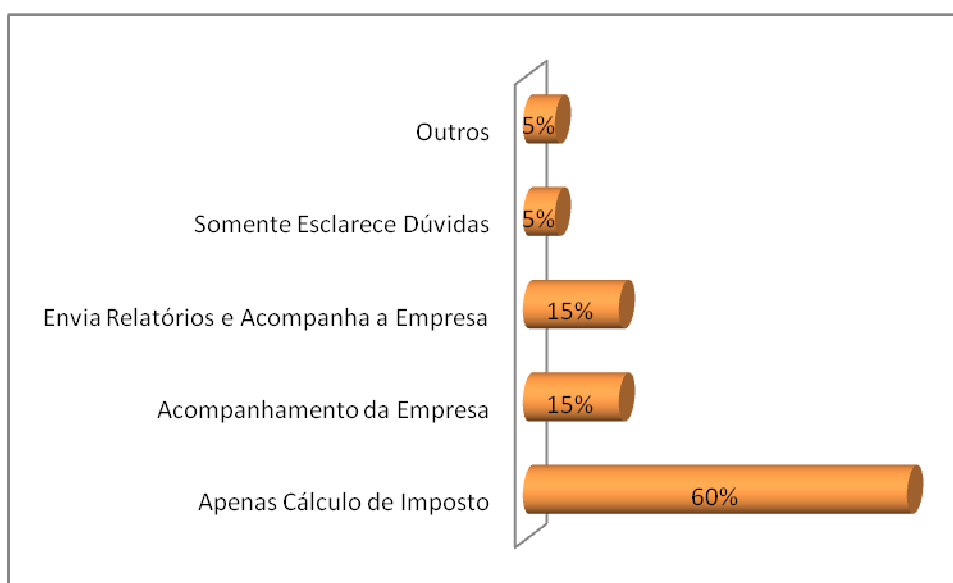


Gráfico 18. Fonte: Dados da pesquisa

Essa questão coloca em relevo a subutilização da contabilidade e do profissional contábil dentro das empresas pesquisadas, onde para 60% dos que responderam ao questionário, o contador serve tão somente para cálculo de impostos ao passo que outros dois grupos de 15%, recebem relatórios que acompanham o desenvolvimento da empresa e 5% esclarece dúvidas dentre outros motivos.

6.3.12 Papel da contabilidade na vida da empresa

Essa questão foi colocada de forma aberta para que os entrevistados opinassem sobre o trabalho da contabilidade desenvolvido pelo contador na vida da empresa. Analisando as respostas dos entrevistados, verifica-se que a maioria das microempresas que responderam ao questionário considera que a contabilidade é de suma importância para empresa, pois ela está pronta para atender às exigências do fisco, cálculo de guias, impostos e serviços burocráticos, como também o contador que vem a ser o agente mediador entre o governo e a empresa. Alguns dizem que esse profissional auxilia no dia a dia da empresa, porém ficou claro que na maioria dos casos, o contador foi considerado o responsável pela orientação nas áreas fiscal, tributária e trabalhista.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo abordar a contabilidade gerencial e controladoria verificando a importância das informações geradas para a tomada de decisão nas microempresas.

Em Dourados, de acordo com os resultados da pesquisa tem em sua maioria o dono da empresa como o responsável pela administração, os mesmos estão há menos de dez anos no mercado e abriram seu próprio negócio na busca de independência financeira e realização pessoal.

Com relação à utilização da informação contábil, nota-se que poucos fazem uso da mesma pelo fato da maioria não ter conhecimento sobre o assunto, e não estão interessados em serviços terceirizados de assessoria gerencial, pois consideram esses serviços como despesas desnecessárias para empresa.

Dos entrevistados, 25% afirmaram não possuir nenhum tipo de controle interno, o que pode ser considerado um dado relevante, partindo da premissa de que os controles são essenciais para manutenção da atividade empresarial e os mesmos possibilitam que as metas traçadas possam ser alcançadas.

Na maioria das empresas pesquisadas a contabilidade presta-se basicamente, para o cálculo de encargos trabalhistas ou pagamento de impostos, numa evidente e indesejável situação na qual planejar, executar e controlar são atividades dispersas, sem nenhuma relação entre si e com a gestão de uma maneira geral.

Os microempresários revelaram estar satisfeitos com o profissional contábil, crendo que ele cumpre seu papel atendendo às exigências do Fisco, visão essa que deveria ser mudada, pois os profissionais da área contábil devem estar preparados para atender às necessidades gerenciais, assim podendo conscientizar os microempresários da importância e benefícios de uma boa gestão, haja vista que a contabilidade não tem apenas a função de atender ao fisco, mas sim as necessidades empresariais.

Embora esta pesquisa não tenha qualquer intenção de promover eventuais julgamentos de valor sobre a forma e eficiência através do qual estão sendo conduzidas as empresas avaliadas, além de também não manifestar qualquer pretensão de dar a última palavra sobre o assunto, quer nos parecer, à luz dos dados pesquisados, que o segmento aferido se mostra bastante deficitário no que tange à utilização da informação contábil como forma de auxílio à gestão e tomada de decisões.

As microempresas também necessitam de sistemas de controle: sem planejamento, torna-se difícil a continuidade da empresa no mercado. Assim nota-se que as empresas avaliadas precisam reformular sua linha de atuação de modo urgente.

Evidencia-se, dessa forma, que as falhas verificadas não podem ser ignoradas, os proprietários e administradores precisam reverter esse quadro, seja pela utilização, de forma adequada e abrangente dos preceitos contábeis, seja ainda pela automação das funções diretamente ligadas ao estoque, fluxo de caixa e aos demais aspectos contábeis gerenciais.

No entanto, a reversão do quadro apresentado não depende única e tão somente dos proprietários e administradores, mas, sobretudo do profissional de contabilidade, haja vista, que a contabilidade traz nas mutações provocadas pela pessoa humana, a evidência de ciência, sendo preciso que essas mudanças sejam colocadas à disposição dos empresários via profissional que cuide da saúde empresarial, fazendo com que a valorização do contador seja eminente, no que tange ao sucesso das empresas.

Pelo fato de atuar na área contábil, pude verificar que grande parte das empresas existentes na cidade de Dourados são microempresas, optantes pelo sistema de tributação SIMPLES, que pela legislação do Imposto de Renda estão desobrigadas de apresentar balanço patrimonial; isso faz com que essas empresas utilizam-se da contabilidade apenas para atender ao fisco, sendo assim não utilizam nenhum controle gerencial.

Diante desse fato, e do entendimento de que a contabilidade serve para auxiliar o empresário em seu desenvolvimento econômico, tal fato serviu como estímulo para a elaboração do presente trabalho de conclusão de curso. Os profissionais da contabilidade precisam se conscientizar de que não existe mais o profissional guarda-livros. Hoje o profissional contábil deve ser um empreendedor que demonstre aos empresários que a contabilidade é um instrumento valioso para auxiliar na gestão e na tomada de decisões empresariais. E finalmente, com a elaboração do presente trabalho, espero ter contribuído para o engrandecimento da aplicação da contabilidade, como instrumento de gestão.

8 REFERÊNCIAS

BORTOLI, Adelino Neto. **Tipologia de problemas das pequenas e médias empresas**, Dissertação (Mestrado em Economia e Administração) - Faculdade de Economia e Administração. São Paulo, 1980.

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto 3.474 de 19 de maio de 2000 – Regulamenta a Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1999, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei 11.307, de 19 de maio de 2006 – Altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei 9.317 de 05 de Dezembro de 1996 – Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei 9.841 de 5 de outubro de 1999 – Institui o Estatuto da Microempresa e da empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

BRASIL. Leis e Decretos. Medida provisória 275 de 29 de dezembro de 2005 – Altera a Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. Convertida na Lei nº 11.307, de 2006

CALDERELLI, Antonio. **Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira**. 29 ed. São Paulo: CETEC, 2004.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. *Controles de Gestão: Controladoria financeira das empresas*. São Paulo: Atlas, 1993.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CRUZ, Carlos Geraldo Caixeta; SILVA, Amilton Paulino. **Fragmentos da História da Contabilidade: da Antiguidade a Luca Pacioli**: Mestrados em Sistema de Informações Contábeis (ULAC) e Professores do Departamento de Contabilidade da UPIS. Revista O Contador 2001.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**, São Paulo: Atlas, 1983.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**, São Paulo: Harbra Ltda, 1993.

HANSEN, Don R. e MOWEN, Maryanne M. - *Management accounting*, 4ª ed., South-Western College Publishing, Cincinnati, 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S. Van; BREDA, Michael F. **Tradução**: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOJI, Masakasu. **Administração Financeira: Uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade Gerencial**. 12 edição. Editora: PEARSON Prentice Hall. São Paulo.2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 4. Ed., São Paulo : Atlas, 1991.
CEI, Nena Gerusa. Contabilidade gerencial e o processo decisório. Belo Horizonte, 1999.

JUNIOR, Perez; JOSÉ, Hernandes. **Controladoria de Gestão: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KANITZ, Stephen Charles. **Controladoria: teoria e estudos de casos**. São Paulo: Pioneira, 1976.

LEITE, Hélio de Paula. **Contabilidade para administradores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MERCOSUL. GMC/RES 90/93 - Aprova o documento Política de Apoio às Micro, Pequenas e Médias empresas do MERCOSUL.

MERCOSUL. GMC/RES 59/98 - Políticas de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; MOSIMANN, Silvio Fisch. **Controladoria: Seu papel na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à Controladoria: Conceitos, sistemas, Implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, Organizações e Métodos – uma abordagem gerencial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Sistemas de Informações Contábeis: Fundamentos e Análises**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2000.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Contabilidade Gerencial: Um enfoque em Sistema de Informação Contábil**. São Paulo: Atlas, 1994.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. Belo Horizonte: UMA, 2000.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de Controladoria-17**. São Paulo: Atlas, 2006, Coleção Resumos de Contabilidade, v.17 [657.3/4 S353f]

Site: <<http://legislação.planalto.gov.br/>> Acessado em: 24 jun. 2010.

Site: <<http://www.mte.gov.br/>> Acessado em: 25 jul. 2010.

Site: <<http://www.portaltributario.com.br/>> Acessado em: 21 set. 2010.

Site: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>> Acessado em: 24 jun. 2010.

Site: <<http://www.sebrae.com.br/>> Acessado em: 25 jul. 2010.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à contabilidade: Uma metodologia moderna para ensino de contabilidade**. São Paulo. Editora Saraiva, 1987.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Formulário de pesquisa destinado as Microempresas de Dourados, a fim de esboçar o perfil dessas empresas, verificando a aplicabilidade da Informação Contábil como instrumento de auxílio no gerenciamento.

As informações serão utilizadas para elaboração da monografia (Trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados).

Empresário:

01 – Idade?

- () até 20 anos
 () 21 a 30 anos
 () 31 a 40 anos
 () 41 a 50 anos
 () 51 a 60 anos
 () 60 anos acima

02 – Formação?

- () Curso técnico qual_____
- () Ensino básico completo
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior completo qual_____
- () Ensino superior incompleto qual_____
- () Especialização qual_____
- () Outros qual_____

03 – Tempo de atuação como empresário?

_____Anos e _____Meses

04 – O próprio empresário é a pessoa responsável pela administração da empresa?

() Sim () Não

05 – Há quanto tempo atua neste ramo de negócio?

_____Anos e _____Meses

06 – O que levou a abrir seu próprio negócio?

07 – Quais as informações que considera as mais importantes no dia-a-dia da empresa?

() receita de vendas

() sobra de caixa

() custo do produto

() quantidade vendida

() contas a receber

() contas a pagar

() preço da concorrência

() outra qual _____

08 – Você se preocupa em identificar possíveis causas de desperdícios?

Sim () Não ()

09 – Pelo seu conhecimento, para que serve a contabilidade?

() Atender aos reclames do Fisco

() para pagar impostos

() para tomada de decisão com base em suas informações.

() Outros _____

10 – Caso seu contador oferecesse assessoria gerencial, teria interesse e disposição em pagar pela mesma?

A empresa:

11 – Ramo de atividade _____

– Número de Funcionários _____

12 – Faixa de faturamento anual de sua empresa:

() até R\$ 240.000,00

() de R\$ 240.000,00 à R\$ 1.080.000,00

() de R\$ 1.080.000,00 a R\$ 2.400.000,00

() acima de R\$ 2.400.000,00

13 – Existe algum sistema de controle interno na empresa:

Não () Sim ()

Quais: _____

14 – Qual a periodicidade da avaliação dos resultados?

() Mensalmente

() Trimestralmente

() Anualmente

() Sem regularidade

15 – Como é calculado o custo de seus produtos e/ou serviços?

16 – Você já teve algum tipo de relatório contábil de sua empresa analisados?

() sim () não

17 – Já utilizou a contabilidade como instrumento para tomar alguma decisão importante para a sua empresa?

() sim

() não

18 – Ao estabelecer o preço de venda, qual é a sua margem de lucro adicionada ao custo?

- Até 10%
- 11% a 20%
- 21% a 40%
- 41% a 60%
- 61% a 80%
- Acima de 80%
- Oriento-me apenas pela quantidade de demanda e pelo preço do mercado

19 – A contabilidade da empresa é:

- interna, feita na própria empresa, com funcionários próprios.
- interna, feita na própria empresa, com funcionários terceirizados (de outra empresa).
- externa, feita em escritório de contabilidade.

20 – Quais os tipos de serviços o Contador presta a sua empresa:

- a) Apenas calcula as guias de impostos e folhas de pagamento para serem pagas pela empresa.
- b) O contador visita meu estabelecimento periodicamente e acompanha o seu desenvolvimento.
- c) Envia relatórios que mostram o desempenho da minha empresa.
- d) Sempre que levo alguma dúvida ao contador, sou prontamente atendido.

21 – O trabalho da contabilidade desenvolvido pelo seu Contador é importante para você e sua empresa? Conforme sua resposta por quê?
